



**ACÓRDÃO Nº442/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11743/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré – SISPREV.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Janderlan Brito Barbosa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7692/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré – SISPREV. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Comunicação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Janderlan Brito Barbosa**, Gestor-ordenador do Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré – SISPREV, relativamente ao exercício 2018, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22 da Lei Orgânica do TCE/AM;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Janderlan Brito Barbosa** no valor de **R\$6.827,20** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), nos termos do inciso I da alínea “a” do art. 308 do RI-TCE/AM, em razão do atraso no envio dos dados ao sistema E-Contas pelo conjunto dos meses de janeiro a abril (irregularidade 43), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº442/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Determinar** à origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, o envio tempestivo de balancetes, demonstrativos e demais informações exigíveis ao sistema E-contas (inciso II do art.308 do RI, c/c Resolução 13/2015-TCE/AM).

**10.4. Determinar** ao DEREED que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

**10.5. Comunicar** o **Sr. Janderlan Brito Barbosa**, responsável, a decisão do Tribunal Pleno sobre a Prestação de Contas.

**11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Abril de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral